

balho da carreira/categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, ficando posicionada na 9.ª posição remuneratória, nível 42, da respectiva tabela remuneratória.

Lisboa, 18 de Outubro de 2010. — O Secretário-Geral, *A. Mira dos Santos*.

203829254

**Aviso n.º 21466/2010**

Para os efeitos previstos na alínea *b)* do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que se procedeu, em 9 de Agosto de 2010, à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e após ter sido obtida a confirmação de cabimento orçamental da DGO, com efeitos à mesma data, com Ana Paula da Silva Ramalho de Almeida, na sequência de procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 14941/2009, publicado no *Diário da República*, n.º 163, 2.ª série, de 24 de Agosto de 2009, para ocupação de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, ficando posicionada na 9.ª posição remuneratória, nível 42, da respectiva tabela remuneratória.

Lisboa, 18 de Outubro de 2010. — O Secretário-Geral, *A. Mira dos Santos*.

203829165

**Aviso n.º 21467/2010**

Para os efeitos previstos na alínea *b)* do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que se procedeu, em 9 de Agosto de 2010, à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e após ter sido obtida a confirmação de cabimento orçamental da DGO, com efeitos à mesma data, com Carlos Maria Blasques Rosa Leal, na sequência de procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 14941/2009, publicado no *Diário da República*, n.º 163, 2.ª série, de 24 de Agosto de 2009, para ocupação de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, ficando posicionado na 6.ª posição remuneratória, nível 31, da respectiva tabela remuneratória.

Lisboa, 18 de Outubro de 2010. — O Secretário-Geral, *A. Mira dos Santos*.

203828996

**Aviso n.º 21468/2010**

Para os efeitos previstos na alínea *b)* do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que se procedeu, em 1 de Outubro de 2010, à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e após ter sido obtida a confirmação de cabimento orçamental da DGO, com efeitos à mesma data, com Fernanda Maria de Almeida Figueiredo, na sequência de procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 14942/2009, publicado no *Diário da República*, n.º 163, 2.ª série, de 24 de Agosto de 2009, para ocupação de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, ficando posicionada na 2.ª posição remuneratória, nível 15, da respectiva tabela remuneratória.

Lisboa, 18 de Outubro de 2010. — O Secretário-Geral, *A. Mira dos Santos*.

203833206

**Autoridade de Segurança Alimentar e Económica**

**Despacho n.º 16148/2010**

Por meu despacho de 09 de Setembro de 2010 foi homologada a lista unitária de ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal comum com vista ao recrutamento de dois trabalhadores, com a categoria de Técnico Superior, para a celebração de CTFPTI para o preenchimento de dois postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal desta Autoridade, para exercer funções na Divisão de Recursos Humanos e Expediente, publicitada através do Aviso n.º 18454/2010, publicado no D.R., 2.ª série, n.º 183 de 20 de Setembro de 2010, tendo sido formalizado o recrutamento

dos candidatos seleccionados através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas.

Nestes termos, e dos do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, que aprova o RCTFP:

Foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na sequência de recrutamento através de procedimento concursal comum, com os trabalhadores infra discriminados, inseridos na carreira geral de Técnico Superior, categoria de Técnico Superior, 4.ª posição remuneratória e 23.º nível remuneratório da tabela remuneratória única:

Márcio Figueiredo de Almeida  
Ana Cristina Ferreira Fernandes Cardoso dos Reis

Lisboa, 24 de Setembro de 2010. — O Inspector-Geral, *António Nunes*.

203828136

**Instituto Financeiro  
para o Desenvolvimento Regional, I. P.**

**Aviso n.º 21469/2010**

Em cumprimento do disposto na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro torna-se público que, na sequência da conclusão da 10.ª edição (2009-2010) do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) do INA (Instituto Nacional de Administração, I. P.), foi celebrado contrato em funções públicas por tempo indeterminado, com a trabalhadora licenciada Arlete Santos da Cruz, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior e nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, com efeitos a 1 de Agosto de 2010, sujeito a período experimental de 180 dias, nos termos legais (n.º 2 da Cláusula 6.ª do ACT n.º 1/2009, de 28/09 e do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, de 02/03).

7 de Outubro de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Santos Soeiro*.

203832201

**Turismo de Portugal, I. P.**

**Aviso n.º 21470/2010**

**Procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato por tempo indeterminado, destinado ao preenchimento de 7 (sete) postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal dos serviços centrais do Turismo de Portugal, I. P., publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 14, de 21 de Janeiro de 2010.**

Nos termos e para efeitos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública, após homologação, a lista unitária de ordenação final, das referências TS/EPE-CD/2009; TS/DQO-DCQ/2009; TS/DP-DIC/2009; TS/DRH/2009; TS/GJ/2009; TS/GF-DPCG/2009, do procedimento concursal em epígrafe, afixada no Departamento de Recursos Humanos do Turismo de Portugal, I. P., “edifício ARCIS”, sito na Rua Ivone Silva, n.º 6, R/C, 1050-124 Lisboa, e disponibilizada na página electrónica do Turismo de Portugal, I. P. ([www.turismodeportugal.pt](http://www.turismodeportugal.pt)).

Referência concurso	Candidatos aprovados	Classificação final
TS/EPE-CD/2009	Maria João Robalo Silveira Gomes Rodrigues . . . . .	16,88
TS/EPE-CD/2009	Paula Cristina Cordeiro Fernandes Silvestre . . . . .	11,5
TS/DQO-DCQ/2009	Mónica Filipa Rocha Mónica . . . . .	15,76
TS/DQO-DCQ/2009	Maria das Candeias Gabriel Andana Ferreira . . . . .	13,5
TS/DQO-DCQ/2009	Carla Alexandra Leitão Nascimento . . . . .	11,72
TS/DQO-DCQ/2009	Ana Raquel de Moura David . . . . .	11,46
TS/DQO-DCQ/2009	Ana Rita Gonçalves das Neves Carvalho . . . . .	11,46
TS/DP-DIC/2009	Ana Rita Alvarez Ravasco de Almeida Fernandes . . . . .	14,9

Referência concurso	Candidatos aprovados	Classificação final
TS/DRH/2009	Maria Teresa Rodrigues de Almeida Correia . . . . .	16,58
TS/DRH/2009	Paula Cristina Cordeiro Fernandes Silvestre . . . . .	10,15
TS/GJ/2009	Lúcia Maria Correia d'Albergaria Martins . . . . .	17,46
TS/GJ/2009	João Paulo Carreira Pereira . . . . .	14,5
TS/GF-DPCG/2009	Paula Alexandra dos Santos Reis Gonçalves Lopes . . . . .	16,3

Referência concurso	Candidatos excluídos	Motivo
TS/EPE-CD/2009	Maria Isabel Barreto Lopes . . . . .	(a)
TS/EPE-CD/2009	Maria Leonor Lopes Fantesia Pereira da Costa . . . . .	(b)
TS/DQO-DCQ/2009	Ana Maria Batista Meireles Sousa de Figueiredo . . . . .	(a)
TS/DQO-DCQ/2009	Margarida Maria Botelho da Fonseca . . . . .	(b)
TS/DP -DIC/2009	Miriam Tavares Gomes Marques	(b)
TS/DRH/2009	Carlos Manuel Ferreira Pereira	(a)
TS/DRH/2009	Isabel Maria Mendes Simões Alberto . . . . .	(a)

(a) Candidato excluído por ter obtido nota inferior a 9,5 valores na avaliação curricular.  
(b) Candidato excluído por não ter comparecido à entrevista de avaliação de competências.

A presente lista foi homologada por despacho de 16 de Setembro de 2010, do Presidente do Conselho Directivo do Turismo de Portugal, I. P.

A publicação da presente lista encontra-se em conformidade com o Despacho n.º 15248-A/2010, de 7 de Outubro, do Ministro de Estado e das Finanças.

11 de Outubro de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *Luís Manuel Patrão*.

203832526

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Secretaria-Geral

**Aviso n.º 21471/2010**

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho de 18 de Outubro de 2010, da Secretária-Geral, no uso de competência própria, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação do presente aviso, concurso para constituição de reservas de recrutamento, nos termos da alínea *d*) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, com vista ao preenchimento de um posto de trabalho da categoria de técnico de informática do grau 1, nível 1, da carreira de técnico de informática, do Mapa de Pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

2 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelos:

Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março;

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril;

Programa de provas publicado pelo despacho conjunto n.º 28/2003, de 27 de Novembro de 2002 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 11, de 14 de Janeiro de 2003);

Código do Procedimento Administrativo.

3 — Nos termos do artigo 21.º, n.º 1, alínea *b*), *iii*), da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, ao presente concurso é aplicável o disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, bem como no n.º 11 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

4 — Prazo de validade — o concurso é válido pelo prazo de 18 meses, contados da data da homologação da lista de classificação final.

5 — Conteúdo funcional — o correspondente ao exercício das funções relativas à área funcional de infra-estruturas tecnológicas, nomeadamente as descritas no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril.

6 — Local de trabalho — o posto de trabalho situa-se nas instalações da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, na Praça do Comércio, em Lisboa.

7 — Remuneração e condições de trabalho — a remuneração será a resultante da aplicação do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, sendo as condições de trabalho e as regalias as genericamente vigentes para a Administração Pública.

8 — Condições gerais de admissão — as previstas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9 — Condições especiais de admissão — as previstas na alínea *a*) do n.º 2 e no n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março.

10 — Condições preferenciais — conhecimentos em sistemas operativos AIX, Linux e Windows, SGBD Oracle, redes informáticas e controladores de comunicações, sistemas de segurança, DNS e sistema aplicacional RAPE do Instituto de Informática do MFAP.

11 — Métodos de selecção — prova de conhecimentos específicos e entrevista profissional de selecção, a primeira com carácter eliminatório.

11.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da prova de conhecimentos específicos e da entrevista profissional de selecção, constam da acta de reunião do júri do concurso.

11.2 — A prova de conhecimentos específicos visa avaliar os níveis de conhecimentos académicos e profissionais do candidato, tem a duração de 90 minutos, obedece ao programa de provas de conhecimentos específicos aprovado pelo despacho conjunto n.º 28/2003, de 27 de Novembro de 2002, publicado no *Diário da República* n.º 11, 2.ª série, de 14 de Janeiro de 2003, e incidirá sobre os seguintes temas:

Arquitectura, funcionamento e operação de computadores;  
Sistemas operativos e linguagens de programação;  
Noções de redes e sistemas informáticos;  
Noções de bases de dados;  
Noções de privacidade e segurança de sistemas de dados e de redes de comunicação de dados;  
Instalação de *software*;  
Telecomunicações, redes de comunicações de dados e Internet;  
Os desafios da sociedade de informação;  
Procedimentos de salvaguarda da informação.

11.3 — A prova de conhecimentos específicos é classificada de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovado o candidato que obtenha classificação inferior a 9,5 (nove vírgula cinco) valores.

11.4 — A classificação final é expressa na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovado o candidato que obtenha classificação inferior a 9,5 (nove vírgula cinco) valores, conforme o estatuído no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — Formalização da candidatura — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido à Secretária-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, podendo ser entregues pessoalmente neste Organismo, sito na Praça do Comércio, 1149-010 Lisboa, ou remetidos pelo correio, considerando-se, neste caso, entregues dentro do prazo os documentos expedidos até ao último dia do prazo fixado para a entrega da candidatura.

13 — Do requerimento de admissão deverão constar os seguintes elementos:

*a*) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade e nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade, bem como serviço de identificação que o emitiu), residência, código postal e telefone;  
*b*) Habilitações literárias;  
*c*) Indicação de categoria que detém e respectivo escalão, serviço a que pertence e natureza do vínculo;  
*d*) Quaisquer outros elementos que o candidato repute susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito.

14 — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

*a*) *Curriculum vitae* detalhado, devidamente datado e assinado;  
*b*) Declaração autenticada do Serviço especificando o conjunto de tarefas e responsabilidades cometidas ao candidato, bem como o período a que as mesmas se reportam;  
*c*) Fotocópia do certificado de habilitações literárias;